

## PROÉMIO À CATALOGAÇÃO

por CESÁRIO MONTEZ

*«Hoje em dia, uma Nação impõe-se pela produtividade da sua indústria, mas essa produtividade tem de se apoiar numa técnica evolutiva consistente e em permanência».*

- I — Introdução
- II — Pequeno Historial
- III — Sistema NATO de Catalogação
- IV — Comissão NATO de Catalogação
- V — Realizações da Catalogação
- VI — Futuro da Catalogação NATO
- VII — Sistema Unificado de Catalogação
- VIII — Aspectos Económicos
- IX — Outras vantagens
- X — A Classificação NATO de Abastecimentos

## QUADROS

- 1 — Número de Artigos Distintos
- 2 — Código Classificador
- 3 — Catalogar
- 4 — Espécies de Nomes
- 5 — Ficheiros Básicos
- 6 — Órgãos do SUC
- 7 — Código dos Países NATO
- 8 — Publicações do Centro de Catalogação
- 9 — Organização do CECAFA
- 10 — Classes de Abastecimento

## I — Introdução

Como se sabe, o conjunto do Exército, Armada e Aeronáutica militar constitui o que se chama «Forças Armadas». Para ser operacional esse conjunto, é preciso alimentá-lo ou abastecê-lo.

Modernamento, perante os grandes efectivos, com a especialização profunda do pessoal e do material, esse abastecimento é extraordinário, em volume e em diversidade de artigos, e a sua importância e complexidade levam-no a considerar factor de primeira grandeza em todos os planeamentos de certo nível.

Formado esse conjunto dos três ramos das Forças Armadas, que no caso mais geral entram sempre todos três em acção, muito embora em percentagem de esforço muito oscilante (haja em vista a nossa actual acção no Ultramar), não se torna difícil imaginar quão grande é o número e variedade de artigos que um abastecimento racional exige.

Por outro lado, é também de calcular a forte influência que pode exercer a falta de prontidão dos fornecimentos, ou o desequilíbrio funcional, (e mesmo orçamental), que pode advir com aquisições demoradas e deficientes, por vezes tão estranhas ou dispendiosas, e até mesmo de dificultosa senão de impossível obtenção. (Atente-se no que se passou com a Companhia de Parque de Engenharia, nos Açores, em 1941-45, nas Oficinas de Reparações, onde se realizaram recondicionamentos de toda a ordem, desde aparelhos de raios X, frigoríficos, automóveis e baterias, até rectificadores eléctricos, bobinas, etc.).

Não será demais fazer salientar que, por si só, os abastecimentos não ganham batalhas, mas o seu mau planeamento pode conduzir a uma derrota decisiva.

Vários chefes militares têm afirmado que a guerra é uma questão de

- abastecimentos
- de transportes
- de protecção,

bem como

- de homens
- de moral
- e de dinheiro.

A logística enfileira assim, com a tática e com a estratégia, e por isso muitos autores exageradamente asseveram que os abastecimentos, mais do que qualquer outro factor, é que ganham as grandes batalhas.

Dado o enorme acréscimo de ferramental de guerra de nossos dias para as Forças Armadas, é evidente também o acerto ou o bom senso que deve presidir à feitura dum planeamento consciencioso.

Por esse facto, todas as nações impõem uma pertinaz disciplina de abastecimentos, e mesmo em ambiente de maiores recursos, há que atender sempre às linhas gerais da economia, pois que

a desorganização e o esbanjamento são condições incomportáveis num aglomerado que pretende progredir e vencer.

Nos países de grande potencial militar, ainda em 1952 os abastecimentos abrangiam espécies em número, da ordem dos 5 milhões. Com a metodização imposta pela Catalogação, o número de artigos distintos desceu de cerca de 1 milhão.

Deste modo, um sistema de Catalogação de Materiais elabora-se para compor uma linguagem técnica oficial em assuntos de abastecimento, e como regra abrange operações de

designar  
descrever  
classificar  
numerar

A Catalogação não é matéria de exclusiva aplicação militar, mas sim de subida vantagem e interesse para todas as grandes empresas de alta produção de artigos.

A Catalogação militar portuguesa está procurando difundir pela Indústria, as bases essenciais da Catalogação NATO, aliás fundamentada na Codificação Americana, sistema já estudado e montado na maioria das Nações NATO, e também nas Nações Não NATO de mais elevado grau de civilização, tais como: Austrália, Suécia, África do Sul e Nova Zelândia; e até mesmo a Espanha e o Japão estão tratando da sua implantação (1966).

As campanhas são ganhas ou perdidas à base da força militar na ocasião do conflito. Todavia, num esforço de guerra prolongada, os recursos podem converter-se em poder militar, pelo que através duma eficiente administração se pode atingir sucesso em combate.

O abastecimento forma-se da obtenção, armazenagem, distribuição, manutenção e salvamento de provisões, isto é, os artigos necessários ao equipamento, manutenção e funcionamento dum comando militar, incluindo alimentação, vestuário, equipamento, armamento, munições, combustível, forragens, materiais e maquinaria de toda a espécie.

A economia dos abastecimentos deve ser assegurada através de instruções contínuas, até completa mentalização do respectivo pessoal.

Enquanto que em tempo de guerra os Comandantes-Chefes têm um caminho logístico na sua retaguarda, em tempo de paz, os mesmos Comandantes-Chefes gostam de deixar a logística aos logísticos. Similarmente, os logísticos deixam a catalogação aos catalogadores. Há pois que recriar devidamente a ligação da Catalogação com a Logística.

## II — Pequeno Historial

Desde os alvares da história que as guerras levaram a tentativas rudimentares de catalogação, se bem que só começasse a tomar feições nítidas em França, no meio do século XVII, época em que se elaboraram inventários e se procedeu a cuidados práticos de manutenção.

O primeiro registo dum exército equipado data de 1250 A. C., em que Ramsés II dispunha de homens jovens e treinados, com cavalos e lanças, além de grupos organizados de forrageiros, com reserva de cavalos e gado para alimentação dos seus homens.

Mas o primeiro exército treinado e bem abastecido é atribuído a Aníbal em 216 A. C., que equipado de volumoso ferramental conseguiu vencer os Romanos em Canas, constituindo a mais decisiva vitória militar até então relatada. Um dos factores básicos da vitória foi o apoio das reservas estratégicas de abastecimento.

Em documentação comprovativa de uma classificação metódica de nomes e títulos sobre assuntos bibliográficos, descobriu-se que já no século XVII A. C., os babilónios, reconhecidos pioneiros da civilização, haviam utilizado uma catalogação. Nesses documentos refere-se que a grande Biblioteca de AKKAD transferiu os seus livros para a cidade de Ninive, em seguida às guerras assírias, no ano de 700 A. C., quando a influência da Babilónia começou a declinar.

No ano de 650 A. C., prestes a terminar essa transferência, Babilónia foi finalmente destruída por SENNACHERIB.

Esta descoberta foi confirmada em 1850 pelo arqueólogo Layard, que em pesquisas nas ruínas de Ninive achou restos duma biblioteca classificada, e os seus verbetes, em tabuínhas e papiros, com registos gravados, dispostos em ordenamento de materiais e de nomes de autores e de títulos.

A maior parte dessas gravações eram do tempo de Babilónia e permitiram confirmar datas e factos respeitantes à Biblioteca de AKKAD.

Na Holanda, no fim do século XVI, publicaram-se listas de nomes, com descrição dos equipamentos e seus componentes, e informações complementares sobre dimensões, pesos e preços.

Pouco depois apareceu o primeiro passo duma verdadeira catalogação. Foi Maurice d'Orange, chefe de repartição (1584-1625) quem muito se interessou pelo assunto, e um dos seus dois mais activos conselheiros, o matemático SIMON STEVIN chegou a recomendar o uso de unidades de medida à base decimal, e por isso, por alguns autores é considerado até o precursor do sistema métrico.

Durante três séculos, os holandeses sucessivamente aperfeiçoando as regras imaginadas por Maurice d'Orange, formaram inventários e listas de artigos de armazém, após o que nasceu uma classificação de equipamento de acordo com a sua natureza.

Em 1710, a França faz surgir uma classificação em que considerou 12 grupos no material de guerra, entre os quais bocas de fogo, armões, armas ligeiras, munições, material de pontes, cordame, etc., mas sem qualquer registo de números de artigos.

Só em 1847 é que, por pressão do Tribunal de Contas, todos os departamentos franceses, civis e militares, foram compelidos a submeter as suas contas de armazém e inventários, em bases de números de codificação.

Na Inglaterra, em 1860, nasceu a primeira base duma codificação.

Durante a primeira Guerra Mundial entrou-se numa melhoria apreciável; mas não a ponto de se unificar a codificação nos três ramos das Forças Armadas.

Na segunda Guerra Mundial, notou-se uma verdadeira luta de abastecimentos, e foi o potencial em matérias primas que fez os vencedores.

A Inglaterra, França, Bélgica, e Holanda possuíam, em Maio de 1940, mais efectivo militar que a Alemanha, mas as forças armadas das primeiras nações foram vencidas por estarem menos abastecidas.

A Itália fez poucos progressos na Grécia pela falta de abastecimentos essenciais.

Foi o potencial humano, conjugado com o material americano que assegurou a detenção dos alemães, ainda que os russos, pouco tempo antes, os tivessem tornado vulneráveis.

Foi portanto no decurso da segunda Guerra Mundial, e imediatamente depois que se concretizou a ideia dum Sistema Unificado de Catalogação, de Materiais, para o conjunto das Forças Armadas.

Parece que o primeiro país, que tomou realmente uma orientação no Sistema Nacional de Catalogação durante a guerra de 1939-45, foi a Alemanha, principalmente a dos Fabricantes, para assim terem os dados relativos à produção, e daí melhor acompanharem as condições de satisfação das suas prementes necessidades de guerra.

No fim das hostilidades, e até 1946, o Secretariado Francês da Defesa, tentou instituir um Sistema de Codificação de 12 algarismos, para o conjunto das Forças Armadas, mas os conflitos subsequentes da Indochina e da Argélia não permitiram completá-lo senão em 1962.

Os E. U. A. e a Inglaterra enfrentaram as mesmas dificuldades que a Alemanha, perante os números diferentes que os artigos idênticos possuíam entre nações aliadas.

Em 1947, a Inglaterra estabeleceu a «*Empire Cataloguing Committee*» a fim de arranjar um Sistema de Catalogação simples para os artigos do Exército, com possível extensão à Armada e à Força Aérea, mas em 1952, os trabalhos foram suspensos por virtude do acordo com os E. U. A.

A América do Norte, dotada de enormes depósitos de artigos, e desejosa de economizar pessoal e espaço de armazenagem, e ainda pretendendo eliminar artigos obsoletos ou desnecessários, procurou metodizar os fornecimentos e fez nascer a Normalização e o Sistema Unificado.

No fim da segunda Guerra Mundial, a Holanda tinha em funcionamento um sistema unificado de codificação para a sua Marinha Real (número de 11 algarismos) e daí procurou estender a doutrina aos outros dois ramos das Forças Armadas.

O progresso das nações NATO fez com que os holandeses se integrassem no Sistema NATO, mesmo antes da constituição final dos Stanags.

Foram eles portanto, os primeiros da Europa a fazer uso do Sistema Unificado de Catalogação (SUC), para os três ramos das Forças Armadas, e essa decisão foi tomada em 1950, logo que se formou a «*COBUMA*» ou Repartição de Codificação de Abastecimentos.

A Bélgica iniciara também o empreendimento dum SUC para os artigos comuns aos três ramos das Forças Armadas, e pouco depois integrara-se igualmente no Sistema NATO.

### III — Sistema NATO de Catalogação

É um processo de classificação e de identificação que põe em jogo denominações normalizadas e uma numeração de 13 algarismos, e que todos os signatários do Tratado do Atlântico Norte aceitaram utilizar para identificar o seu material militar, em particular o material utilizado por vários países ou comprado a um país por um ou mais dos outros.

É baseado no Sistema Federal de Catalogação dos Estados Unidos (1952-1956), adoptado em 1956 por todos os países membros da NATO nos termos de dois acordos de estandarização (Stanags 3150 e 3151).

A aplicação deste Sistema permite:

- a) Uma coordenação eficaz dos aprovisionamentos, que contribua para eliminar operações de aquisição e de fornecimentos simultâneos dum mesmo artigo e reduzir os pedidos de artigos críticos ou notáveis (artigos escassos, raros, ou muito raros).
- b) Uma utilização eficiente das disponibilidades, que facilite as trocas de artigos de reabastecimento, não somente entre os diferentes exércitos ou ramos das forças armadas duma nação mas também entre os diferentes países.
- c) Uma redução de arquivos e de inventários, de pessoal, de áreas cobertas e, em certos casos, de existências inactivas quando certos artigos se revelam ter uso idêntico.
- d) Uma possibilidade progressiva de normalização, diminuindo a diversidade de modelos, de tipos e de características intrínsecas dos artigos existentes nas diferentes cadeias de aprovisionamento.
- e) Uma melhor determinação das necessidades e uma melhoria no estabelecimento das previsões orçamentais, graças a um conhecimento mais preciso do total das existências.
- f) Uma melhoria nas operações de redistribuição de materiais em excedente, antes do fornecimento, graças à identificação única de cada artigo.
- g) Uma melhoria das relações entre os serviços oficiais e a indústria, pelo facto das empresas industriais não utilizarem senão um único sistema de identificação.

### IV — Comissão NATO de Catalogação de Materiais

Esta Comissão é o organismo encarregado de enunciar as directivas, doutrinas, regras, procedimento e exploração internacional do sistema NATO de Catalogação de Materiais. O conselho do Atlântico Norte aprovou a criação desta Comissão na sua reunião de 5 de Dezembro de 1957. A Comissão compõe-se dos Chefes de Repartição Nacionais de Catalogação ou de seus representantes, a um nível elevado, competindo-lhe:

- a) examinar os progressos efectuados na aplicação dos Stanags n.ºs 3150 e 3151; discutir, pôr em acção e recomendar as medidas visando a melhoria dos métodos a pôr em vigor bem como a coordenação das actividades.

- b) repartir o trabalho entre os signatários dos Stanags 3150 e 3151 no que respeita a realização de projectos precisos de catalogação.
- c) discutir e coordenar as recomendações respeitantes às modificações a trazer à classificação NATO dos fornecimentos Stanag 3150, 3 (II) (e), para todos os casos que o Secretariado da Comissão não poderia regular por correspondência nos prazos fixados pelo Stanag 3150.
- d) reunir ou recomendar todas as medidas necessárias para que aos países que o desejem seja fornecida toda a documentação requerida no que respeita a regulamentos, comentários, manuais, repertórios, modelos descritivos, folhas de informações, etc., para a aplicação do sistema.
- e) facilitar por contactos pessoais a disseminação dos conhecimentos adquiridos pelas nações mais avançadas na realização do programa, na interpretação dos instrumentos de catalogação americanos, assim como na aplicação do programa aos sistemas de aprovisionamento.
- f) estudar as medidas a tomar em comum de maneira a não utilizar, na medida do possível, senão um só número para o mesmo artigo de aprovisionamento, em todas as forças armadas NATO. A Comissão é ajudada nesta tarefa por um Secretariado Técnico, que está ligado ao Secretariado Internacional da NATO. Este Secretariado assegura os serviços administrativos e fornece os presidentes da Sub-Comissão A e das diversas Sub-Comissões da categoria B. A Sub-Comissão A é a instância subordinada encarregada de pôr em acção as recomendações destinadas à Comissão Principal, sobre as doutrinas e procedimentos de codificação NATO. As Sub-Comissões da categoria B são identificadas por algarismos romanos; elas são encarregadas da catalogação de materiais particulares, utilizados conjuntamente por dois ou mais de dois países NATO.

## V — Realizações da Catalogação

A Comissão estabeleceu princípios, regras e processos de aplicação do Sistema NATO de Catalogação para os artigos de abastecimento de cada um dos países da NATO. Como regra cada país traduz na sua própria língua o Manual Federal de Catalogação dos aprovisionamentos dos Estados Unidos, e, portanto, os manuais de catalogação compreendem o repertório alfabético dos Nomes com definições, os Modelos de Descrição e os Desenhos de Referência. Os documentos traduzidos são revistos segundo as necessidades, tendo em conta as práticas industriais e o desenvolvimento tecnológico de cada país. Por fim, o país estabelece as identificações dos seus artigos de abastecimento conforme os seus instrumentos revistos.

A Comissão estabelece igualmente princípios, regras e processos aplicáveis às operações internacionais de codificação efectuadas no quadro do Sistema NATO de Codificação, abrangendo os domínios principais seguintes:

- 1) Catalogação dos materiais e dos sobressalentes, destinados aos projectos NATO comuns.
- 2) Catalogação dos artigos pelo país produtor por conta do país comprador.
- 3) Utilização das identificações de artigos dos números de abastecimento do país de origem para identificar artigos reproduzidos por um outro país NATO.
- 4) Troca de dados de codificação entre os países por meio de cartões mecanográficos de 80 colunas.

A fim de facilitar as operações pelo país produtor, a Comissão adoptou o texto duma cláusula contratual de catalogação NATO que deverá ser tomada em atenção pelo país comprador, nos contratos internacionais. Nos termos desta cláusula, o contratante deve fornecer os dados técnicos (desenhos e especificações técnicas e documentação afim), necessárias aos serviços de catalogação do país comprador, para fins de identificação.

O Secretariado Técnico, segundo as necessidades do Sistema NATO de Catalogação, tem publicado as brochuras seguintes por encargos da Comissão NATO:

- a) O Sistema NATO de Codificação — Sumário.
- b) Manual NATO das Decisões e Recomendações da Comissão de Catalogação de Materiais.
- c) Manual NATO de Catalogação de Materiais (NMC), compreendendo os capítulos 1-1, 1-2, 1-4, 1-6, 1-9, 1-15.

A Comissão tem organizado até hoje três colóquios consagrados ao sistema de Catalogação NATO e destinados aos responsáveis dos serviços de gestão dos aprovisionamentos das diferentes nações, incluindo representantes da indústria no de Roma. Estas reuniões tiveram lugar sucessivamente em Haia (Nov. 1961), Bona (Maio 1962) e Roma (Set. 1965).

A aplicação do Sistema NATO de Catalogação tem progredido de forma diversa nos diversos países NATO. As dificuldades de ordem linguística, as diferenças de estruturas e doutrinas económicas e políticas, a insuficiência da mecanização ou as possibilidades de tratamento de dados têm constituído obstáculos sérios aos responsáveis da catalogação, desde a ratificação dos Stanags 3150 e 3151.

## VI — Futuro da Catalogação NATO

Em futuro próximo, os países NATO e a Comissão NATO de Catalogação de Materiais terão de ocupar-se das principais tarefas seguintes:

- a) Cada país NATO deverá concluir a Catalogação dos artigos segundo o Sistema de Catalogação NATO. A data precedente fixada para este fim é 1969.

- b) A Comissão NATO deverá determinar as medidas pertinentes a tomar pelos países NATO, quanto à introdução pelos Estados Unidos de numerosos programas para tomar conta dos rápidos progressos realizados no domínio da automatização. O mais importante destes programas é o Guia de Identificação Federal de Artigos (FIIG) que sintetisa em um só modelo os diferentes modelos de descrição.

Os países deverão utilizar os FIIG (Federal Identification Item Guides) que substituem os modelos de descrição. Mesmo que os E. U. completem a conversão do seu sistema, eles manterão as disposições apropriadas para continuar a utilizar os modelos de descrição existentes. Foi proposto que, neste último caso, os modelos de descrição sejam mantidos sob uma base comum e uniforme.

- c) Um dos problemas permanentes de que a Comissão tem tido que se ocupar foi a da organização dos processos e dos técnicos a utilizar para comparar as identificações de artigos estabelecidos nos diversos países membros NATO, na sua língua e segundo as suas práticas industriais próprias, para conseguir uma identificação de artigos e um número de abastecimento NATO, únicos para um artigo que deverá ser utilizado uniformemente por todas as forças armadas NATO.
- d) Tornam-se necessários esforços máis palpáveis para assegurar a coordenação entre as entidades de unificação e de catalogação no escalão NATO. É esse um dos meios de saber se um artigo é efectivamente idêntico àquele que é utilizado em diferentes países NATO, e, em consequência, se os países utilizadores podem usar com toda a segurança, para este artigo, um número de nomenclatura comum.
- e) Fundamentalmente, o Sistema NATO de Catalogação aplica-se a artigos utilizados pelas Forças Armadas dos países participantes. Nos E. U., o Sistema Unificado de Catalogação é um sistema de escalão federal aplicável também aos organismos civis como aos organismos militares. Certos países NATO aplicam igualmente este sistema ao escalão nacional, de modo a englobar os organismos civis.

Quanto ao futuro do Sistema NATO de Catalogação, o essencial acha-se resumido, em poucas palavras, numa publicação NATO intitulada *Documentação sobre a Organização do Tratado do Atlântico Norte*, pág. 138, no Capítulo «A Catalogação de Materiais»:

«Todas as Forças Armadas nacionais devem poder dispor duma grande reserva de material de equipamento, de elementos de materiais e de sobressalentes e também dum sistema de catalogação que facilite a produção de materiais segundo as exigências formuladas. Para uma aliança, um sistema unificado de codificação é muito útil e ele torna-se mesmo essencial quando se faz uso de materiais comuns, ou se se trata de orientar uma integração na manutenção logística».

Por isso, o efectivo interesse do Sistema NATO de Catalogação deriva da medida em que será utilizado nas operações de aprovisionamento, à escala internacional. Ele pertence

então às altas autoridades responsáveis pela gestão dos aprovisionamentos, que têm de determinar a probabilidade e a importância desta utilização, e, portanto, os reais benefícios que daí advirão.

## VII — SUC

O Sistema Unificado de Catalogação é um conjunto de regras para implantar e ter em funcionamento um eficiente serviço de Catalogação.

A legislação portuguesa vigente (Decreto n.º 41 722 de 8-7-1958) prescreve o uso de um Sistema Unificado de Catalogação que será aplicado a todos os artigos correntemente utilizados nos abastecimentos das Forças Armadas, de forma que a cada artigo de abastecimento distinto corresponda um número de classificação e de identificação, e um único nome, obrigatórios em todas as operações de abastecimento, desde a obtenção ou compra inicial até ao destino final, inclusive nas relações com os produtores e fornecedores civis.

Os fundamentos do SUC são pois

- um sistema de nomes normalizados
- um sistema de desenhos de referência
- um sistema de modelos de descrição de artigos, que anotam as suas características
- um glossário de terminologia técnica, com definições.

Presentemente, o Sistema NATO de Catalogação baseia-se em dois acordos, os Stanags n.ºs 3150 e 3151, publicados em documentos oficiais, primeiro em Maio de 1959 e depois, rígidos, aperfeiçoados e editados no *Diário do Governo* de 3 de Fevereiro de 1961.

O Stanag n.º 3150 estabelece um Sistema Unificado de Classificação de Abastecimentos.

O Stanag n.º 3151 estabelece um Sistema Uniforme de Identificação de Artigos.

## VIII — Aspectos Económicos

Dum modo geral pode afirmar-se que, há doze anos atrás, num total de 2 milhões de artigos diferentes, um quarto deles eram artigos comuns a mais de um ramo das Forças Armadas.

Praticamente, verifica-se que o SUC dá benefícios para:

- a gestão dos abastecimentos
- o aumento da eficiência
- a redução do custo
- a identificação de cada artigo.

Isto é, a aquisição de certos artigos, feita em conjunto, num centro único, permite:

- obtensões em maior volume (portanto mais baratas)
- entregas ou fornecimentos mais económicos (por serem em maior volume)
- eliminação de competições perniciosas de procura de artigos escassos ou raros.
- economia geral de trabalho e de papel (na gerência, nos processos, nos contratos).

A linguagem comum de abastecimentos auxilia também os fornecimentos (armazéns idênticos, na numeração, na arrumação, na marcação e no empacotamento) com entregas mais rápidas, além de menor custo

- nas inspecções
- nas vistorias
- nos transportes
- nas arrumações.

A política da Defesa tem que estar cada vez mais orientada para uma íntima ligação entre os três ramos das Forças Armadas.

Se Portugal tivesse exigências para o Ultramar a um nível de

- 100 000 artigos para o Exército
- 70 000 artigos para a Força Aérea
- 60 000 artigos para a Armada

podia-se estimar que uns 30 000 artigos seriam usados em dois ramos das Forças Armadas e uns 15 000 para os três ramos, o que daria uma redução de 45 000 ou seja mais de 20%.

Vê-se, portanto, que uma ligação coordenada dos abastecimentos pode dar uma importante redução de custo em

- mão de obra
- empreitadas
- e equipamentos.

Pelo que respeita ainda à Indústria, no aspecto nacional, há uma crescente consciência das possibilidades da Catalogação começar a ser usada pelas grandes empresas, aliadas e outras, formando o Consórcio de Fabricantes.

Muitas dessas empresas sentem exactamente os mesmos problemas que os serviços militares, pois também precisam de uma linguagem comum.

### IX — Outras vantagens da aplicação do SUC

- 1) Constituir uma linguagem uniforme ou terminologia compreensível e utilizável por todos os organismos oficiais ou empresas importantes, nas variadas funções de gestão de abastecimentos, incluindo
  - determinação de necessidades
  - condições de obtenção, produção e distribuição
  - meios de manutenção, funções e destino final.
- 2) Auxiliar a determinação da intermutabilidade e possibilidade de substituição de artigos.
- 3) Reduzir o número de artigos a obter, a armazenar e fornecer, pois elimina a duplicação de identificação de artigos.
- 4) Formar uma base para um eficiente apoio de abastecimento interserviços ou interdepartamentos militares.
- 5) Servir a preparação e a realização da mobilização industrial.
- 6) Ser uma fonte de elementos para a elaboração de documentos ou publicações relativos à Catalogação.

Resumo das vantagens	}	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Uniformiza (nomenclaturas, nomes, concursos)</li> <li>2) Simplifica (nomes e espécies de artigos distintos)</li> <li>3) Centraliza (num só chefe, com uma só doutrina)</li> <li>4) Normaliza (pela equidade doutrinária dos três ramos das Forças Armadas)</li> <li>5) Prontifica (pela superior organização e prontidão de abastecimentos)</li> <li>6) Economiza (pelo volume das obtenções e fornecimentos).</li> </ol>
No Campo Internacional	}	<ol style="list-style-type: none"> <li>Assistência mútua</li> <li>Intermutabilidade</li> <li>Simplicidade</li> </ol>
No Campo Nacional	}	<ol style="list-style-type: none"> <li>Uniformidade e economia</li> <li>Melhor gestão de abastecimentos</li> </ol>
No Campo NATO	}	<ol style="list-style-type: none"> <li>Ajuda mútua</li> <li>Intermutabilidade</li> </ol>

### X — A Classificação NATO de Abastecimentos

De harmonia com o Stanag 3150, de acordo de Uniformização, adopta-se como classificação NATO de Abastecimentos o Sistema Federal de Classificação, que compreende grupos e classes, onde se integram todos os artigos de abastecimento.

As classes pertencentes a um mesmo grupo estão intimamente relacionadas. Cada classe abrange uma área de artigos de certa homogeneidade, já pelo que se refere às suas características físicas e funcionais ou à relação entre peças e acessórios e os conjuntos de ordem imediatamente superior para que foram especialmente concebidos, já pelo facto dos artigos nela contidos serem normalmente obtidos e fornecidos conjuntamente.

A classificação NATO utiliza ao todo 13 (2+2+2+7) algarismos, em que:

- 1) Os dois primeiros designam o grupo e os dois seguintes a classe, dentro de cada grupo.
- 2) Os dois algarismos seguintes indicam o país, conforme o acordo estabelecido no anexo do Stanag n.º 3151.
- 3) Os sete algarismos seguintes correspondem a um número atribuído ao artigo.

Os grupos são numerados de 10 a 99, e por sua vez cada grupo abrange 99 classes (de 1 a 99).

Em potencial existem 99 grupos e 9801 classes  
mas em uso existem 76 grupos e 568 classes

Ex.: 9535-26-432-5798 (número NATO de abastecimento).

#### QUADRO 1

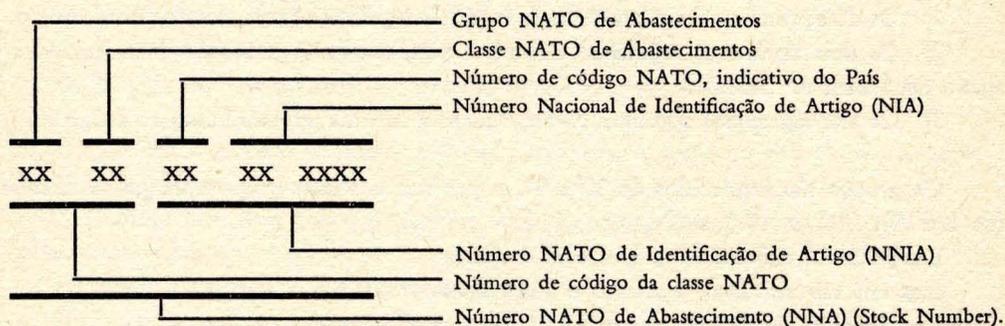
##### N.º DE ARTIGOS DISTINTOS NOS E. U. A. EM 1963

	Artigos totais usados	Usados também por um ou mais dos outros ramos	Percentagem de Comunhão
Exército . . . . .	1 079 109	377 516	34,6
Armada . . . . .	1 372 964	349 794	25,5
Força Aérea . . . . .	1 813 261	383 702	21,2
Fusileiros . . . . .	268 272	178 899	66,7
	<u>4 533 606</u>		

O SUC dá pois uma redução superior a 20% no número de artigos distintos.

QUADRO 2

CÓDIGO CLASSIFICADOR



Ao todo são 13 algarismos:

Os dois primeiros indicam o Grupo (10 a 99).

Não inclui 1 a 9 nem 21, 27, 33, 50, 57, 60, 64, 70, 82, 86, 90, 92, 97, 98 o que dá  $99 - (9 + 14) = 76$ .

Os dois segundos algarismos indicam a classe.

Os dois terceiros algarismos indicam o País.

Os sete restantes algarismos indicam o Número de Identificação.

O asterisco significa que o artigo pode ser classificado em vários grupos e classes.

QUADRO 3

Para catalogar é preciso:

- 1.º Identificar — descrever o artigo por palavras
- 2.º Classificar — agrupar o artigo com outros análogos
- 3.º Atribuir Número — dar número de abastecimento

Para identificar é preciso ter:

- Lista de nomes aprovados e de nomes correntes
- Lista de Modelos de Descrição
- Lista de Desenhos de Referência
- Regulamento e Manuais do SUC

QUADRO 4  
ESPÉCIES DE NOMES

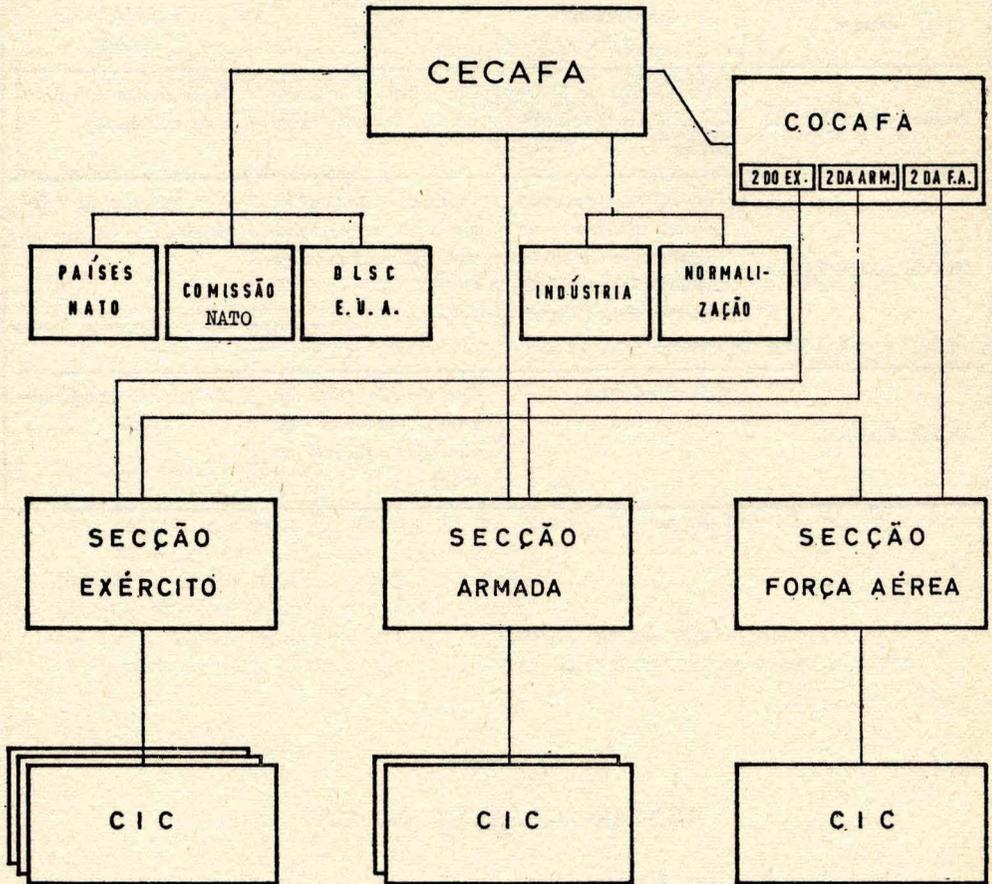
Nomes de Artigos	Seleccionado	Utilização Oficial	Aplicação na Identificação de Artigos
NOME APROVADO	Pelo Centro de Catalogação das Forças Armadas	Em todas as circunstâncias, quando exista	Nos métodos descritivo e de referência
NOME ADOPTADO	Por um Departamento militar, podendo ser alterado pelo Centro de Catalogação para aplicação a vários departamentos	Quando não exista ainda um nome aprovado aplicável ao artigo	Nos métodos de referência
NOME FABRIL	Pelo Fabricante	Quando não exista um nome aprovado ou adoptado aplicável ao artigo	No método de referência

QUADRO 5  
FICHEIROS BÁSICOS DO SUC

- 1 — Ficheiro Descritivo dos Nomes Aprovados
- 2 — Ficheiro Descritivo dos Números de Referência
- 3 — Ficheiro Descritivo dos Números NATO de Identificação
- 4 — Ficheiro Descritivo da Classificação NATO de Abastecimento
  
- 5 — Ficheiro Mecanográfico dos Números NATO
- 6 — Ficheiro Mecanográfico dos Números de Referência
- 7 — Ficheiro Mecanográfico dos Números NATO de Identificação
- 8 — Ficheiro Mecanográfico dos Fabricantes

QUADRO 6

ÓRGÃOS DO SISTEMA UNIFICADO DE CATALOGAÇÃO



{ DECRETO Nº41722 DE 8-7-958 - SUC  
DECRETO - LEI Nº43816 DE 24-7-961 - CECAFA

QUADRO 7

CÓDIGO DOS PAÍSES NATO

Anexo ao Stanag N.º 3151

Portaria N.º 17 121 de 30-5-1959, actualizada pela portaria  
N.º 18 246 de 3-2-1961

Publicado no *Diário do Governo* de 3 Fev. 1961

00 . . . . .	E. U. A.
01 . . . . .	E. U. A. — (Res., a expansão eventual)
02 a 09 . . . .	Não devem ser utilizados
11 . . . . .	Destinados aos Artigos Padrão NATO
12 . . . . .	Alemanha
13 . . . . .	Bélgica
14 . . . . .	França
15 . . . . .	Itália
16 . . . . .	Reservado (país NÃO NATO) Austrália (a)
17 . . . . .	Holanda
18 . . . . .	África do Sul (país NÃO NATO)
19 . . . . .	Reservado
21 . . . . .	Canadá
22 . . . . .	Dinamarca
23 . . . . .	Grécia
24 . . . . .	Islândia
25 . . . . .	Noruega
26 . . . . .	Portugal
27 . . . . .	Turquia
28 . . . . .	Luxemburgo
29 a 48 . . . .	Reservados
49 . . . . .	Reino Unido (a)
50 . . . . .	E. U. A. (a)
51 a 61 . . . .	Reservados
62 . . . . .	Alemanha (a)
63 . . . . .	Bélgica (a)
64 . . . . .	França (a)
65 . . . . .	Itália (a)
66 . . . . .	Austrália
67 . . . . .	Holanda (a)

OBSERVAÇÕES

(a) A utilizar para um artigo reproduzido e enquanto não se realizar o acordo previsto no § 5 do STANAG 3151, quando o número NATO de Abastecimentos do artigo original tiver sido atribuído pelo país ±50.

Os números 10, 20, 30, 40, 60, 70, 80 e 90 não serão utilizados como números de código NATO indicativos do país em questão porque estão reservados para fins particulares de registo mecanográfico.

53 é o código-Materiais OTAN codificados pelo NMSSA (NATO Maintenance Supply Service Agency = = Agência de Sobressalentes NATO)

68 . . . . .	Reservado (país NÃO NATO) África do Sul (a)	Países NÃO NATO que adotam o SUC
69 . . . . .	Reservado	
71 . . . . .	Canadá (a)	
72 . . . . .	Dinamarca (a)	
73 . . . . .	Grécia (a)	
74 . . . . .	Islândia (a)	
75 . . . . .	Noruega (a)	
76 . . . . .	Portugal (a)	
77 . . . . .	Turquia (a)	
78 . . . . .	Luxemburgo (a)	
79 a 98 . . . .	Reservados	
99 . . . . .	Reino Unido	

África do Sul  
Austrália  
Suécia  
Japão  
Espanha

QUADRO 8

NOMENCLATURA DAS PUBLICAÇÕES DO CENTRO DE CATALOGAÇÃO

MANUAL DE	REGULAMENTO DO SUC (1960)	{ PARTE 1 — Funcionamento do SUC PARTE 2 — Identificação de Artigos PARTE 3 — Classificação de Abastec. PARTE 4 — Operações de Catalogação }	Vol. 1	{ 26 FUN 26 M1-2 26 M1-3 26 OPE _____ 26 H2-1 26 H2-2 26 H2-3 ----- 26 H6-1 ----- 26 H6-2 ----- 26 H6-3 ----- 26 H4-1 26 H4-2 { Secção A — Nomes para Código NATO e EUA (EU e outros países) Secção B — Código para Nomes Secção C — Índice Numér. por Código NATO } Só EUA H4-3 _____ 26 H3 _____ 26 H5				
					CLASSIFICAÇÃO DE ABASTECIMENTOS (1960)	{ PARTE 1 — Grupos e Classes PARTE 2 — Índice Numérico de Classes (alfabético em cada classe) PARTE 3 — Índice Alfabético de Nomes }		
							IDENTIFICAÇÃO DE ARTIGOS	{ PARTE 1 { A — Índice Alfabético de Nomes e Definições B — Índice Numérico de MD C — Abreviaturas e Símbolos D — Índice Alfabético de DESREF E — Correspondência de DESREF para MD F — Modelos de Referência (MR-1 e MR-2) } PARTE 2 { Modelos de Descrição, por áreas de afinidade, divididos em 10 Secções. de A a J e Vol. } PARTE 3 { Desenhos de Referência, por áreas de afinidade, divididos em 10 Secções. de A a J e Vol. }
	DICCIONÁRIO TÉCNICO (1960)	GLOSSÁRIO DO SUC						
		DICCIONÁRIO	{ Português — Inglês — Francês Inglês — Português — Francês					

LEGENDA	
Publicado	_____
Em publicação	-----
Em preparação	.....

QUADRO 9

ORGANIGRAMA DO CENTRO DE CATALOGAÇÃO

